



**ATA DA REUNIÃO DE  
VINTE E QUATRO DE MARÇO DE 2026**

-----No dia vinte e quatro de março de dois mil e vinte e seis, na sede da União das Freguesias de Cadafaz e Colmeal, em Colmeal, realizou-se a reunião da Câmara Municipal de Góis, sob a presidência do senhor António Rui de Sousa Godinho Sampaio, na qualidade de Presidente do Município, comparecendo os Vereadores que compõem o Executivo Camarário: Jaime Miguel Fernandes Garcia, Nuno Miguel Martins Bandeira, Paula Cristina Silva Matos Neves e Ana Paula Rodrigues Gonçalves. -----

-----A Reunião foi secretariada pela Técnica Superior Liliana Maria Rosa Pinto. -----

-----Seguidamente declarou aberta a reunião pelas dezoito horas, dando início à ordem de trabalhos.-----

**1 – ANTES DA ORDEM DO DIA -----**

**1.1. – FALTAS -----**

**1.2 – INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE-----**

**1.3 – INTERVENÇÃO DOS SENHORES VEREADORES-----**

**2 – PÚBLICO-----**

**3 – ORDEM DO DIA-----**

**3.1 – ATA DA REUNIÃO ANTERIOR-----**

**3.2 – ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÃO BRÁS DE ALPORTEL/MANIFESTAÇÃO DE SOLIDARIEDADE AOS MUNICÍPIOS ATINGIDOS PELAS TEMPESTADES-----**

**3.3 – ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE/VOTO DE SOLIDARIEDADE-----**

**3.4 – ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BRAGANÇA/VOTO DE PESAR PELAS VÍTIMAS MORTAIS DAS TEMPESTADES QUE ASSOCIARAM PORTUGAL -----**

**3.5 – ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE S. JOÃO DA MADEIRA/VOTO DE PESAR PELAS VÍTIMAS DAS INTEMPÉRIES-----**

**3.6 – CÂMARA MUNICIPAL DE BAIÃO/VOTO DE PESAR INTEMPÉRIES-----**

**3.7 – RELATÓRIO DE ENCERRAMENTO DO PROJETO DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS-----**

**3.8 – ATRIBUIÇÃO DE ESTÍMULOS E INCENTIVOS DE APOIO PONTUAIS/PROCESSO Nº 2026/850.10.003/6-----**

**3.9 – PROGRAMA CLDS 5G/SUBSTITUIÇÃO TEMPORÁRIA DA COORDENADORA TÉCNICA DO CLDS 5G-----**

- 3.10 – ASSOCIAÇÃO JUST A CHANGE – PROTOCOLO CAMP IN GÓIS 2026-----
- 3.11 – ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DE GÓIS/ANO DE 2027-----
- 3.12 – REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA/PROCESSO Nº 2025/300.10.005/1248-----
- 3.13 – REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA/PROCESSO Nº 2025/300.10.005/1259-----
- 3.14 – REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA/PROCESSO Nº 2025/300.10.005/1289-----
- 3.15 – REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA/PROCESSO Nº 2025/300.10.005/1425-----
- 3.16 – REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA/PROCESSO Nº 2025/300.10.005/1552-----
- 3.17 – REALIZAÇÃO DE VISITAS TÉCNICAS/PROCESSO Nº 2026/500.10.302/7-----
- 3.18 – REALIZAÇÃO DE VISITAS TÉCNICAS/PROCESSO Nº 2026/500.10.302/8-----
- 3.19 – REALIZAÇÃO DE VISITAS TÉCNICAS/PROCESSO Nº 2026/500.10.302/9-----
- 3.20 – INTERVENÇÕES PRIORITÁRIAS DE PROTEÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS DEVIDO AOS INCÊNDIOS FLORESTAIS OCORRIDOS DE 17 A 24 DE JUNHO DE 2017 NO CENTRO DE PORTUGAL/AUTO DE VISTORIA-----
- 3.21 – ICNF/SOLICITAÇÃO DE PARECER/PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA AÇÕES DE (RE) ARBORIZAÇÃO-----
- 3.22 – EMISSÃO DE CERTIDÕES/PROCESSO Nº 2026/450.30.003/34-----
- 3.23 – EMISSÃO DE CERTIDÕES/PROCESSO Nº 2026/450.30.003/60-----
- 3.24 – LICENCIAMENTO OU AUTORIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE ALOJAMENTO E DE RESTAURAÇÃO/PROCESSO Nº 2025/450.10.064/13-----
- 3.25 – RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA-----
- 4 – APROVAÇÕES EM MINUTA -----
- 1 – ANTES DA ORDEM DO DIA -----
- 1.1 – FALTAS – Não houve.-----
- 1.2 – INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE – O senhor Presidente iniciou a sua intervenção agradecendo, na pessoa da senhora Presidente, ao Executivo da União das Freguesias de Cadafaz e Colmeal, pela cedência da sua sede para se realizar a presente reunião numa ótica de aproximar o Executivo das populações e dar oportunidade aos fregueses de poderem participar apresentando situações que entendam ser pertinentes para que a Câmara Municipal possa solucioná-las.-----
- Na sequência do requerimento apresentado pelos senhores Vereadores do PS, na anterior reunião, facultou a documentação solicitada estando disponível para proceder aos esclarecimentos que entendam ser convenientes.-----

-----No âmbito da tempestade Kristin referiu ter sido rececionada uma comunicação referente a dados da referida intempérie no nosso território, ou seja, danos no sistema videovigilância florestal, tendo estes se verificado na estrutura de suporte do Alto do Vieiro, sendo necessário reparar o equipamento para que haja uma melhor eficácia na deteção e prevenção de incêndios florestais, contemplando este procedimento toda a área da CIMRC onde foram detetadas anomalias no sistema de monitorização de incêndios florestais. Ainda sobre incêndios rurais referiu que o reservatório instalado na aldeia do Açor carece de intervenção, estando este equipamento, no Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, sinalizado em nome dos Compartes do Colmeal, pelo que foram tomados procedimentos junto da Direção do Conselho do Baldio tendo-nos sido reportado que o equipamento é propriedade da União das Freguesias e, nesse sentido, foi remetido e-mail à autarquia tendo para o efeito dado conhecimento do seu teor no que concerne aos necessários trabalhos, pelo que se aguarda resposta à referida comunicação. -----

-----Proseguiu, dando conhecimento que na sequência do reporte, efetuado por todos os Municípios à CIM RC, relativamente aos prejuízos causados pelas recentes intempéries, foi apurado o valor de 140.000.000,00€, sendo um montante significativo. Referiu não existir informação clara relativa à forma com irão ser financiados para que possam efetuar as intervenções necessárias. Ainda sobre os danos causados pelas sucessivas tempestades referiu que se encontra a realizar o procedimento de desobstrução das vias florestais, nomeadamente, a rede viária florestal, na qual estão envolvidas vinte equipas de sapadores da CIMRC, num total de 372 km efetuados, tendo sido 158 km no concelho de Góis, valorizando o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pelo GTF, sublinhando que metade do total da intervenção que foi realizada na área da CIMRC foi efetuada no nosso território. Na reunião do CI da CIMRC foi apresentada a Estratégia Municipal da Saúde, pela Dr.ª Paula Santana, documento previamente submetido a todos os Municípios para análise e apresentação de contributos, tendo naturalmente sido apresentado alguns melhoramentos na parte relativa ao nosso território. Trata-se de um documento que compila todos os municípios da CIMRC, devidamente estruturado por Município, sendo um instrumento de planeamento estratégico no domínio da saúde, tendo por objetivo geral definir prioridades com vista a promover a saúde, bem-estar e qualidade de vida da população residente no município, bem como diminuir as desigualdades injustas e



evitáveis associadas às características dos locais de residência/trabalho/ensino, onde as populações nascem, vivem, trabalham e envelhecem.-----

-----Relativamente às operações de gestão de resíduos prestada pela ERSUC – Resíduos Sólidos do Centro, S.A., referiu a existência de um litígio que se prolonga há alguns anos a esta data pela falta de concordância com as decisões e estratégia que tem sido seguida pela empresa, pelo que nesta ótica foi decidido, por todos os Municípios, solicitar ao Tribunal de Contas para fiscalizar a concessão do sistema de tratamentos e recolha de resíduos da ERSUC, bem como à Autoridade da Concorrência e, também, à Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos – ERSAR. Informou que ao longo dos anos tem havido um conjunto de reivindicações, por parte dos Municípios, em relação à concessão da ERSUC em virtude do desinvestimento que vem acontecendo ao longo dos últimos anos, tendo sido opção da empresa distribuir os dividendos entre os acionistas e o aumento da tarifa, a qual nos últimos três anos aumentou 160%, visível na faturação da água no que concerne à percentagem dos resíduos, perspetivando-se que daqui a dois anos possa haver um aumento mais substancial. Neste sentido, referiu que os Municípios por não concordarem com esta tomada de decisão, bem como pelo facto de não se fazer acompanhar de qualquer tipo de investimento e qualidade do serviço prestado e, também, pelas taxas aplicadas serem quase incomportáveis para muitas famílias, optando-se apenas por distribuir dividendos pelos acionistas, cuja maioria não são os Municípios, tendo as Câmaras Municipais de se conformar com as decisões que são tomadas nas Assembleias-Gerais. Concluiu, referindo que o documento foi remetido a todos os Municípios para verificarem o seu teor e poderem também dar um contributo, se assim o entenderem, por forma a que seja o mais adequado. -----

-----Um outro assunto que teve oportunidade de transmitir, em sede do CI da CIMRC, foi sobre a atual situação da EN342 por não se encontrar transitável na ligação de Góis ao concelho de Arganil, bem como os problemas que daí advêm a vários níveis, nomeadamente aos estudantes, pois o percurso alternativo leva-os a que não compareçam à primeira hora letiva, pelo que foi solicitado à CIMRC que interceda junto da Busway por forma a solucionar esta questão do horário no sentido de os alunos poderem cumprir com o horário escolar. Referiu ainda que os Municípios de Penacova e Penela também se pronunciaram sobre vias de comunicação nos seus territórios porquanto também se encontram interrompidas, pelo que na sequência de todas estas questões



foi deliberado solicitar uma audiência ao senhor Ministro das Infraestruturas no sentido de que seja dada prioridade a todas estas situações para que a circulação em todas estas vias seja reposta. Ainda sobre vias de comunicação informou ter sido efetuada uma intervenção na que serve a localidade de Póvoa de Góis para alargamento e melhoria, a qual fruto da obstrução ora existente na EN342 teve que se interrompida, pelo que assim que estiverem reunidas condições para se circular na EN342 os trabalhos serão retomados. Ainda no âmbito da CIMRC referiu ter sido aberto procedimento para avaliação das vias e obras de arte dos Municípios que foram afetados por várias situações nas tempestades ocorridas o qual irá incidir nas vias e obras de arte municipais. Ainda nesta matéria informou ter sido enviada uma comunicação à IP relativamente ao estado da Ponte Real, acompanhada de fotos, por parecer-nos que poderia ali existir algum tipo de problema, tendo-nos sido comunicado que o que se verifica atualmente é o que resulta da última intervenção efetuada e que também irá ser monitorizada por parte desta empresa. ---

-----Seguidamente, o senhor Presidente informou que relativamente aos dados do último ano do SIT-Flexi – Transporte Flexível a Pedido refletem a importância deste transporte na maior parte do território da Comunidade Intermunicipal, salientando que no ano de 2025 o número de reservas foi de 13.804, verificando-se um aumento de 18%, tendo sido efetuadas 9763 viagens, significando um acréscimo de 21,6%, percorridos 123.579 km, numa média mensal de 1150 reservas, ou seja, 10.299 km p/mês, num total de 1900 utilizadores diários, o que gerou um aumento de 22,7% face ao ano de 2024. Ao nível de procedimentos de viagem informou que o Município de Góis, no ano de 2022 foi de 63, 2023: 117 aumentando 86%; 2024: 144 equivalente a 23% no aumento do número de utilizadores, e no ano de 2025: 174, 21%. O aumento do número de utilizadores está dentro da média geral da CIMRC. -----

-----Mais informou que a CIM RC procedeu à abertura de concurso público para a elaboração das Cartas Municipais de Habitação para os municípios que manifestaram interesse, tendo naturalmente havido uma fase de auscultação para que os Municípios interessados apresentassem contributos tendo naturalmente estes sido expostos por parte do Município de Góis.-----

-----Terminou, fazendo referência ao 63º Aniversário do Jornal “O Varzeense”, tendo esta efeméride sido comemorada com um almoço convívio ao qual se associaram muitas pessoas que contribuem para a dinamização deste órgão de comunicação social de referência no nosso

concelho. Sendo único no nosso concelho referiu esperar que se preserve por muitos anos, num tempo que somos confrontados com perspetivas de cancelamento da distribuição dos jornais diários, em formato de papel, em alguns territórios. Acresce que o número de pessoas que se associaram a esta comemoração é revelador da importância e a identificação que existe dos Goienenses com este meio de comunicação, reiterando felicitações fazendo votos que continue a fazer o trabalho que tem feito até à data.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

**1.3 – INTERVENÇÃO DOS SENHORES VEREADORES** – A senhora Vereadora Ana Paula Rodrigues Gonçalves primeiramente dirigiu uma palavra de apreço à Direção de Finanças de Coimbra pelo apoio às Associações que estiveram envolvidas nos fogos de 2025 contribuindo para a proteção do território, realçando que o apoio, no valor de 9.000,00€, foi concedido através de formalização de candidaturas e distribuído, em partes iguais, pelas duas únicas associações candidatas. Destas, destacou a Lousitânea, sediada no nosso concelho, que foi contemplada com o valor de 4.500,00€ para assegurar a continuidade do rebanho comunitário, a recuperação dos estragos do curral danificado pela tempestade, aquisição de alimentação para os animais e compra de materiais necessários para conclusão da vedação nos terrenos. Referiu louvar e enaltecer esta iniciativa da Direção de Finanças de Coimbra pela simplicidade, impacto e proximidade às pessoas. Mais do que uma ação isolada, tratar-se de um modelo que demonstra como o envolvimento, a cooperação e visão estratégica podem gerar valor social. É, sem dúvida, um exemplo que merece ser replicado por outras entidades e, também, em outros contextos. -----

Relativamente ao Aniversário do jornal “O Varzeense” referiu que os Vereadores do PS fazem questão de se associarem a esta celebração. Há 63 anos que este jornal resiste, não apenas ao tempo, mas às adversidades, às mudanças, e a constante transformação do mundo da comunicação. Num contexto marcado por dificuldades e pela emergência de novas tecnologias manteve-se firme e fiel à sua missão e às suas raízes. É na sua resiliência que encontrou o verdadeiro valor, ou seja, continuar a dar voz às nossas gentes, a contar as histórias da nossa terra e a preservar a identidade de uma região que se recusa a ser esquecida. O nosso profundo bem-haja por este percurso notável, por nunca desistir e por continuar a levar, além-fronteiras, o que de mais genuíno nos define. Que venham muitos mais anos de dedicação, compromisso e coragem. Concluiu, dirigindo um grande bem-haja ao senhor Padre Orlando Henriques e à,

sempre disponível, Catarina Ferreira. -----

-----Prosseguiu, referindo que num concelho como Góis, onde a dimensão populacional exige escolhas estratégicas, a articulação da agenda cultural não é apenas desejável, é essencial. A multiplicidade de iniciativas promovidas por associações, coletividades e ligas revela vitalidade, mas a sobreposição de eventos acaba por diluir impactos, fragmentar públicos e reduzir o potencial de cada proposta. A construção de uma agenda cultural integrada, partilhada e planeada em conjunto permite valorizar melhor os recursos existentes, evitar concorrência direta entre iniciativas e potenciar a participação da comunidade. Não se trata de limitar a dinâmica associativa, mas de a tornar mais eficaz, criando sinergias e reforçando o alcance de cada evento. Quando há coordenação, todos ganham: as entidades, que veem o seu trabalho mais reconhecido e participado; e a população, que consegue usufruir de forma mais plena e organizada da oferta cultural disponível. Daí o nosso apelo ao Município de Góis para o reforço deste papel de coordenação, que reconhecemos já vir a ser desenvolvido com empenho. Ainda assim, importa reiterar a relevância de uma articulação contínua, próxima e atempada entre todas as entidades do concelho. Só com comunicação eficaz e planeamento partilhado será possível evitar sobreposições, otimizar recursos e garantir que cada iniciativa atinge o público que merece. Num território com as características de Góis, esta articulação não é apenas uma boa prática, é determinante para a sustentabilidade e valorização da vida cultural local. Num território com estas características, cooperar não é uma opção, é um fator crítico de sucesso.----

-----Prosseguiu, referindo que, por ocasião da recente participação do Município de Góis na BTL, foi divulgado nas redes sociais um cartaz que promovia diversos atrativos do concelho, entre os quais os percursos pedestres e os Passadiços da Candosa, evidenciando a aposta do Município na valorização turística destes recursos. Sublinhou, no entanto, que essa promoção pública deve ser acompanhada pela correspondente manutenção no terreno. Referiu que o concelho de Góis dispõe de diversos percursos pedestres devidamente homologados e divulgados, aos quais acresce ainda a Grande Rota do Vale do Ceira, que percorre todo o trajeto do Rio Ceira no concelho. Indicou, contudo, que são frequentes as queixas de que muitos destes percursos se encontram, em vários troços, quase intransitáveis, devido à falta de limpeza, ao crescimento de vegetação e à degradação ou ausência de sinalética. Salientou que esta situação limita a experiência dos visitantes, prejudica a imagem do concelho enquanto destino de natureza e pode

colocar em risco a segurança dos caminheiros. Neste sentido, deixou o alerta para a necessidade de uma intervenção regular e cuidada na manutenção destes percursos, quer ao nível da limpeza, quer da reposição e reforço da sinalização. Acrescentou ainda a necessidade de limpeza de ervas e arbustos em toda a zona do Cerro da Candosa, que apresenta atualmente um aspeto de desmazelado, pouco compatível com a valorização turística e paisagística que o Município pretende afirmar. Concluiu, afirmando que promover é importante, mas cuidar e manter é essencial, sublinhando que, nesta matéria, é fundamental que o que é divulgado corresponda à realidade encontrada no terreno.-----

-----A senhora Vereadora referiu que importava trazer à consideração do executivo uma matéria simples, mas com impacto direto na visibilidade e atratividade do concelho de Góis, designadamente a necessidade de reforço da sinalética indicativa de acesso ao concelho nos principais eixos rodoviários da região. Nesse sentido, considerou fundamental que o Município assumisse uma postura proativa junto da Infraestruturas de Portugal, no sentido de promover o reforço da sinalética na saída 24 do IC8, em Pedrógão Grande, e na saída 26 da A13, em Lamas, assegurando uma clara indicação de Góis enquanto destino, bem como o reforço da sinalética identificativa do concelho na EN2, nas entradas norte e sul do território, e ainda na EN342, nas entradas provenientes da Lousã e de Arganil. Sublinhou que estão em causa não apenas questões de acessibilidade, mas também de promoção territorial, referindo que, num concelho que aposta no turismo de natureza, nas praias fluviais, nos percursos pedestres e na valorização da marca associada à EN2, a forma como o território se apresenta nas principais vias rodoviárias assume particular relevância. Por fim, deixou a recomendação de que o Município desenvolvesse as necessárias diligências institucionais junto da Infraestruturas de Portugal, com vista à concretização do reforço da sinalética, contribuindo para uma melhor orientação, maior visibilidade e reforço da atratividade do concelho de Góis.-----

-----O senhor Presidente em relação a eventos e iniciativas que ocorrem no município referiu que, desde o anterior mandato, tem sido um procedimento constante e sistemático com todas as entidades que promovem iniciativas no concelho, para que se apresente a agenda cultural organizada e programada de eventos artísticos, sociais e de lazer que ocorrem no concelho, porém é um facto que muitas entidades não nos comunicam as atividades que irão ser promovidas e, neste sentido, muitas das vezes verificamos a sobreposição de eventos, conforme

tem vindo a acontecer, evidenciando que a agenda cultural terá que ser programada com bastante antecedência e, por vezes, existem acontecimentos que são programados após a programação já existente o que, naturalmente, leva a que hajam atividades a realizarem-se simultaneamente no concelho. Em relação aos percursos pedestres informou que o senhor Vice-Presidente prestará os devidos esclarecimentos, sendo que no que concerne ao Cerro da Candosa entende que a limpeza do espaço e envolvimento é da responsabilidade da Junta de Freguesia de Vila Nova do Ceira. Sobre o reforço da referida sinalética informativa informou ter sido solicitada à Infraestruturas de Portugal a qual até à data ainda não produziu qualquer efeito, importando voltar a reforçar esse mesmo pedido por ser importante que nas vias estruturantes possa também ter informação direcional de Góis.-----

-----A senhora Vereadora Paula Cristina Silva Matos Neves começou por apresentar agradecimentos à Associação dos Amigos da Várzea Pequena pelo lauto almoço com que brindou todos quantos se associaram ao 63º Aniversário do Jornal “O Varzeense”, sendo de todo importante a comunidade unir-se para a angariação de fundos para que o único órgão de comunicação social do concelho permaneça vivo para que possa divulgar as vivências do nosso território. No âmbito da atividade do Clube da Malha e Ecos do Passado foi lançado o desafio pela Associação dos Amigos da Várzea Pequena para que também se dinamizasse esta atividade junto da comunidade varzeense encontrando-se a ação a decorrer às segundas-feiras, desde há duas semanas, na missão de promover o envelhecimento ativo e, naturalmente, o convívio. Numa parceria entre o Município de Góis, o Centro de Saúde e o Agrupamento de Escolas de Góis informou que foi assinalado, no dia 12 de março, o Dia + Contigo, numa ação dedicada à promoção da saúde mental, do bem-estar emocional e da prevenção de comportamentos de risco entre os/as jovens tendo sido feita uma receção na Câmara Municipal aos alunos do 6º ano que distribuíram cartões de sensibilização sobre a importância de se expressar emoções, pedir ajuda e apoiar quem enfrenta dificuldades, para que se entenda que o bem-estar de todos depende do bem-estar individual de cada um, pelo que somos responsáveis pelo bem-estar dos nossos amigos cabendo-nos estar atentos a sinais que possam ser indicativos que as suas vidas poderão não estar a correr bem para que possamos intervir positivamente. No âmbito da iniciativa “Páscoa de Sabores” referiu que se encontra em curso o desafio “Góis com Mel”, com o objetivo de promover as tradições e a diversidade da gastronomia local, dinamizar os espaços



de restauração do concelho e valorizar o mel de urze enquanto produto endógeno. Ainda sobre desafios referiu que se encontra ser promovida a iniciativa “Góis em Comunidade: Reinterpretação da Tradição dos Maios e das Maias”, tratando-se de um ritual ancestral de primavera, celebrando a fertilidade, a abundância e a renovação da natureza, o qual objetiva que os munícipes embelezarem as suas janelas, jardins, ruas, espaços verdes. No âmbito do desafio lançado à comunidade para apresentar um logotipo relativo à Rede de Bibliotecas do Concelho informou que o prazo terminou no dia 20.03.26, tendo sido apresentadas cinco propostas, pelo que o júri irá reunir para escolher a representação gráfica da Rede de Bibliotecas do Concelho. Sendo o Município de Góis parceiro das comemorações de Homenagem a Monsenhor Nunes Pereira, porquanto o homenageado prestou funções de pároco no concelho de Góis tendo desenvolvido também por cá a sua veia artística, sendo exemplo disso a sua marca nos vitrais na Igreja de Ponte do Sótão, informou que, no passado sábado, 21.03.26, deslocou-se ao Município de Montemor-o-Velho onde foi apresentado o seu livro de poesia “Da Terra e do Céu”, estando a homenagem em Góis agendada para o mês de setembro, convidando todos a associarem-se à mesma. Ainda sobre atividades fez alusão ao filme transmitido no passado sábado, no auditório da Casa da Cultura de Góis, “Terra Vil”, uma ficção na qual o realizador Luís Campos quis retratar uma comunidade e uma região marcadas pela tragédia de Entre-os-Rios. O filme retrata da história de duas famílias independentes, que se apoiam mutuamente, na qual um pai pescador luta contra um problema de alcoolismo, e o filho adolescente em situação de risco e uma mãe e duas filhas adolescentes, que ajudam na educação do rapaz e na apanha e venda de lampreia. A história das duas famílias interliga-se igualmente com o impacto do encerramento das minas do Pejão (Castelo de Paiva), nos anos 1990, com as alterações climáticas, que afetam a apanha da lampreia, e com memória da queda da ponte Entre-os Rios, em 2001.-----

-----Prosseguiu, dando conhecimento que acompanhou o senhor Presidente da Câmara Municipal numa visita ao Hospital Compaixão - Fundação ADFP, Miranda do Corvo, tendo esta fundação como objetivo primordial a solidariedade social, nas suas variadas vertentes, podendo constatar o trabalho notável que a instituição desenvolve, nomeadamente ao nível da integração de trabalhadores com deficiência, bem como as excelentes condições do equipamento hospitalar, sendo esta Fundação um exemplo no que concerne a medidas no âmbito da solidariedade social. -----

-----Terminou, dirigindo convite a todos para se associarem à peça de Teatro “A minha Mãe é uma Peça”, a qual subirá ao palco da Casa da Cultura de Góis, no dia 27 de março, pelas 21.00 horas, para assinalar o Dia Mundial do Teatro, sendo a entrada gratuita.-----

-----O senhor Vereador Jaime Miguel Fernandes Garcia iniciou a sua intervenção referindo que ira retomar o tema relativo ao processo judicial sobre a partilha das receitas da energia eólica entre os concelhos de Góis e da Pampilhosa da Serra, na sequência do apelo que havia formulado na reunião de Câmara de 09 de dezembro de 2025, dirigido ao senhor Presidente da Câmara Municipal da Pampilhosa da Serra. Referiu que não podia deixar de voltar a este assunto, acrescentando que, nesse mesmo dia, à chegada ao Colmeal, ao observar as torres eólicas do alto das Malhadas, recordou a dimensão do problema e, sobretudo, a injustiça que este diferendo representa para as populações daquela freguesia e para o concelho de Góis. Sublinhou que estão em causa receitas pertencentes ao Município de Góis, já reconhecidas por duas decisões judiciais, e que são relevantes para o território, não apenas em termos abstratos, mas na vida concreta das pessoas. Nesse sentido, e dando continuidade ao apelo anteriormente formulado, colocou as seguintes questões ao senhor Presidente da Câmara Municipal de Góis:--

-----1. Se foram desenvolvidas diligências concretas no sentido de procurar uma solução extrajudicial para o processo;-----

-----2. Se existiu algum contacto direto com o senhor Presidente da Câmara Municipal da Pampilhosa da Serra;-----

-----3. E, em caso afirmativo, se houve abertura ou sensibilidade por parte daquele Município para a resolução do diferendo.-----

-----Referiu ainda que este é um tema que não deve cair no esquecimento nem ficar dependente apenas do tempo dos tribunais, defendendo que exige acompanhamento político, iniciativa e persistência. Concluiu, afirmando que está em causa uma questão de justiça para o concelho de Góis e para as populações da freguesia em causa.-----

-----Relativamente à execução das faixas de gestão de combustível, referiu que importa proceder a uma avaliação clara do que ocorreu no ano de 2025 e, sobretudo, conhecer o que se encontra previsto para 2026. Sublinhou que, no ano transato, parte dos trabalhos de limpeza foi realizada apenas no mês de setembro, ou seja, já em plena ou no final da época de maior risco de incêndio, situação que considerou suscetível de gerar preocupações sérias. Referiu que a eficácia das ações

de prevenção depende da sua realização atempada, tendo em vista a redução do risco antes do período crítico, e não após o mesmo. Acrescentou que, tratando-se de um período em que os trabalhos silvícolas se encontram fortemente condicionados ou mesmo interditos, tal circunstância se revela difícil de compreender do ponto de vista da gestão e da segurança, traduzindo-se, na prática, numa atuação tardia face ao objetivo de prevenção. Salientou ainda que, num concelho como Góis, caracterizado por elevado risco de incêndio e significativa dispersão territorial e, considerando que a reunião decorria na União das Freguesias do Cadafaz e Colmeal, uma das freguesias mais sensíveis do ponto de vista florestal, esta matéria deve assumir carácter prioritário. Neste contexto, colocou as seguintes questões ao senhor Presidente da Câmara Municipal:-----

-----1. Qual o planeamento definido para 2026 relativamente à execução das faixas de gestão de combustível, designadamente se existe um calendário claro de intervenções no terreno;-----

-----2. Que procedimentos de contratação se encontram em curso ou previstos;-----

-----3. Qual a data previsível para o início efetivo dos trabalhos e para a sua conclusão;-----

-----4. Se se encontra garantido que a execução ocorrerá antes do período crítico de incêndios;--

-----5. De que forma está a ser efetuada a priorização territorial, designadamente quais os critérios utilizados e se se encontram devidamente identificadas as áreas mais sensíveis, nomeadamente junto a aglomerados populacionais, vias de comunicação e outras zonas críticas.-

-----O senhor Vereador referiu ainda que esta matéria deve ser encarada com clareza, sublinhando que a segurança constitui condição essencial para o desenvolvimento do concelho.

Acrescentou que não é possível promover a atratividade turística, a dinamização económica ou a valorização do território sem garantir um espaço cuidado, limpo e seguro. Referiu que o concelho de Góis acolhe, anualmente, um número significativo de visitantes e residentes sazonais durante o período de verão, cuja confiança depende, em grande medida, das condições de segurança existentes. Alertou que um território com risco elevado e com intervenções de gestão de combustível realizadas fora de tempo transmite uma perceção de insegurança, desorganização e falta de controlo, considerando, por isso, que esta matéria ultrapassa a dimensão técnica, assumindo um carácter estratégico para o futuro do concelho. Concluiu referindo que a capacidade de antecipar, planear e executar atempadamente estas intervenções é determinante, sob pena de se comprometer não apenas a segurança das populações, mas

também o desenvolvimento do concelho de Góis.-----

-----No que respeita à situação da EN2 na Fonte do Soito, o senhor Vereador Jaime Garcia referiu tratar-se de um problema antigo, conhecido e sucessivamente reconhecido pelo executivo como uma situação de risco. Recordou que, na reunião de 27 de janeiro de 2026, o senhor Presidente da Câmara havia assumido que se tratava de uma intervenção tecnicamente exigente, de dimensão relevante, envolvendo não apenas o abatimento do pavimento, mas também uma situação ao nível da rede de água, articulada com a APIN, o que implicaria uma resposta conjunta e devidamente preparada. Mais referiu que, na reunião de 10 de março de 2026, foi transmitido um enquadramento distinto, indicando que o projeto estaria a ser elaborado pelos próprios serviços do Município, com o objetivo de reduzir encargos financeiros, numa fase em que seria necessário economizar recursos. Salientou que esta alteração de enquadramento suscita dúvidas, questionando o que terá mudado do ponto de vista técnico entre janeiro e março, bem como que estudos, levantamentos, pareceres ou avaliações terão sido realizados para que uma intervenção inicialmente apresentada como complexa e dependente de articulação com outras entidades passe a ser tratada internamente pelos serviços municipais. Referiu ainda que, entretanto, o Município publicou um aviso dando conta de um condicionamento de trânsito durante três dias, para efeitos de reparação da EN2 naquele troço, o que levanta a necessidade de clarificar a natureza da intervenção a realizar, designadamente se se trata de uma solução provisória de regularização do pavimento ou de uma intervenção estrutural e definitiva. Expressou preocupação quanto à possibilidade de estar a ser anunciada uma intervenção de curta duração para um problema que o próprio executivo reconheceu como profundo, antigo e potencialmente grave, salientando que, estando em causa a segurança das pessoas, o argumento do custo não deve servir de justificação para adiar ou desvalorizar a solução adequada. Acrescentou que o Município dispõe de condições financeiras que exigem maior ambição na definição de prioridades, advertindo que soluções de recurso podem implicar custos acrescidos no futuro, bem como riscos elevados para a segurança rodoviária, sobretudo num troço reconhecidamente perigoso. Destacou tratar-se de uma via estruturante para o concelho, amplamente utilizada por residentes, trabalhadores e visitantes, razão pela qual considerou essencial assegurar uma solução tecnicamente fundamentada e duradoura. Nesse sentido, dirigiu ao senhor Presidente da Câmara as seguintes questões e solicitações:-----

- 1. Que estudos ou avaliações técnicas foram realizados sobre a situação da Fonte do Soito;--
- 2. O que mudou entre a informação prestada em janeiro e a prestada em março;-----
- 3. Qual é a natureza da intervenção agora anunciada para três dias;-----
- 4. Se a referida intervenção é de carácter provisório ou definitivo;-----
- 5. Qual o envolvimento da APIN no processo e que trabalhos estão previstos ao nível das infraestruturas de água ou saneamento;-----
- 6. Se existe projeto técnico, memória descritiva, medições ou orçamento, e se essa documentação pode ser facultada aos vereadores;-----
- 7. Qual o plano global e o calendário previsto para garantir a resolução efetiva e duradoura do problema.-----
- Concluiu este assunto afirmando que não basta proceder a intervenções pontuais, sendo necessário assegurar a resolução definitiva da situação.-----
- Para terminar a sua intervenção apresentou a problemática dos fortes e frequentes odores que se fazem sentir na zona da Várzea Grande, associados a uma exploração pecuária de suínos, referindo que se trata de uma situação reportada por vários residentes. Referiu que a persistência destes odores afeta diretamente a qualidade de vida das populações, condiciona o bem-estar diário e pode ter impactos negativos na atratividade do território, tanto para residentes como para visitantes. Nesse contexto, questionou se o Município tem conhecimento formal da situação e se está sensível às queixas apresentadas, colocando, em concreto, as seguintes questões: Se existe registo de reclamações ou exposições relativas a esta matéria; Se foram já desenvolvidas diligências junto da entidade exploradora ou das entidades competentes, designadamente nas áreas do ambiente e da saúde pública; e Se está prevista alguma abordagem ou articulação institucional com vista à minimização destes impactos e ao cumprimento das normas aplicáveis. Concluiu, relevando a importância de um acompanhamento atento desta situação, defendendo a procura de soluções que salvaguardem, de forma equilibrada, a atividade económica, mas também o direito das populações a um ambiente saudável e a condições de vida dignas.-----
- O senhor Presidente referiu que as palavras do senhor Vereador poderão subentender-se que na gestão do Município não existe planeamento, podendo até existir alguma negligência e que os procedimentos são feitos sem olhar aos recursos existentes, pelo que importa proceder

aos devidos esclarecimentos. No que concerne às faixas de gestão, referiu que se há serviço no qual este Executivo tem a máxima confiança é no Gabinete Técnico Florestal, não somente pelo trabalho cumprido, mas também por todo o trabalho que executa, sendo os dados apresentados sobre os quilómetros executados de retirada de material lenhoso nas vias florestais explícito do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido, um dado demonstrativo de que temos pessoas muito diligentes, empenhadas e competentes ao serviço. Efetivamente essa mesma competência tem sido demonstrada na gestão das faixas de combustível, podendo subentender-se nas palavras proferidas pelo senhor Vereador que se queiram rotular algumas pessoas de incompetentes, colocando, nessa ótica, em causa o trabalho que é realizado, realçando que provavelmente se está a esquecer que os trabalhos na faixa de gestão de combustíveis resultam de procedimentos de contratação pública. Efetivamente tratam-se de procedimentos com regras próprias as quais têm de ser cumpridas, por parte das empresas opositoras aos concursos, sendo estas, na sua grande maioria, empresas credíveis, porquanto já executaram trabalhos na área e nas quais temos a máxima confiança, é um facto que também já fomos confrontados com outras situações em que as empresas vencedoras não mostraram competência e credibilidade, mas tiveram que ser aceites em função do valor da proposta que foi apresentada e não cumpriram. Pelo que o incumprimento de qualquer tipo de trabalho desta natureza resulta no atraso da execução dos trabalhos previstos. Relativamente ao presente ano informou ter assinado os contratos para o início da execução dos trabalhos, nas Freguesias de Alvares, Góis e Vila Nova do Ceira, pelo que o planeamento elaborado pelo GTF irá ser cumprido para que na altura de risco de incêndio os trabalhos estejam efetuados. Todavia, ainda não há garantia que hajam empresas concorrentes e que irão cumprir com as regras do procedimento, garantindo apenas que estão a ser tomados procedimentos reiterando as suas palavras que o GTF tem responsabilidade está a fazer esse trabalho com competência.-----

-----Relativamente à EN2 referiu que quando o assunto foi abordado informou tratar-se de uma intervenção complexa estando o projeto a ser elaborado pelos técnicos do município, por terem capacidades para esse mesmo efeito. Porém, e por parte do troço que irá ser intervencionado carecer uma intervenção imediata informou que os serviços externos da Câmara Municipal irão proceder aos necessários trabalhos, em consonância com a APIN, tendo-se deslocado ao local onde também estavam técnicos da APIN para verificar o que se pretende realizar nesta primeira

fase, acreditando que os trabalhos irão ser devidamente realizados, não pondo em risco a circulação do trânsito, devendo os automobilistas cumprir as regras do trânsito, pelo que estão acauteladas todas as situações para que esta obra seja executada e para que a situação em questão seja definitivamente resolvida. -----

-----Relativamente ao processo judicial com o Município de Pampilhosa da Serra referiu ter sido o assunto abordado junto do senhor Presidente da Câmara Municipal havendo abertura para chegarmos a um entendimento desde que o mesmo não prejudique o Município de Góis, caso prejudique o nosso Município claramente que não o irá aceitar, e terá que se esperar que o processo judicial, em curso, siga os trâmites legais.-----

-----Relativamente aos odores existentes em Vila Nova do Ceira referiu ser sabido tratar-se de um problema existente há já largos anos salientando que até à data não foi rececionada qualquer comunicação sobre o assunto, porém solicitou à senhora Chefe da DGUPA para se pronunciar sobre esta questão, bem como ao senhor Adjunto para prestar os devidos esclarecimentos sobre os trabalhos da EN2.-----

-----O senhor Adjunto, Victor Simões, referiu que após análise dos serviços ao local foi entendido serem os serviços externos da Câmara Municipal a efetuarem os trabalhos necessários, numa ótica de os trabalhos serem realizados com maior celeridade, pelo que informou ter sido necessário retirar a água no talude ali existente para se iniciarem os trabalhos de construção de um muro, bem como erguer um dreno, porquanto as valetas ali existentes encontram-se danificadas o que, naturalmente, faz com que haja uma maior infiltração de águas na zona em questão, estando todos estes trabalhos devidamente estruturados para que a obra seja segura no sentido que se possa circular em segurança neste troço da via.-----

-----O senhor Presidente referiu que esta solução em relação ao projeto inicial resulta do tempo que o procedimento concursal iria demorar e, também, pelo facto de estarmos a ser confrontados com o resvalamento de terras sob a iminência da estrada ali colapsar, pelo que sendo uma situação urgente, foi a mesma analisada pelos técnicos da DGUPA o que derivou a que fossem os serviços externos a executá-la por terem equipamento e trabalhadores competentes para esse mesmo efeito, pelo que a obra irá ser brevemente concretizada a qual irá ser devidamente monitorizada pelo serviços técnicos da Câmara Municipal.-----

-----A senhora Chefe da DGUPA, Mariana Pais, relativamente aos trabalhos que se encontram a

ser efetuados no Caracol, Vila Nova do Ceira, referiu que estão a ser acompanhados por uma equipa técnica da Câmara Municipal, sendo que esta primeira intervenção derivou de um agravamento resultante das intempéries o que, por uma questão de segurança, fará todo o sentido que nesta fase a intervenção seja efetuada somente nesta parte do troço, contudo o projeto que se encontra a ser elaborado contempla a intervenção até à Fonte do Soito. Efetivamente a segunda fase dos trabalhos implica uma intervenção mais profunda o que, naturalmente, irá condicionar a circulação do trânsito nesta parte do troço, por algum tempo.---

-----Em relação aos odores referiu que até à data não foi apresentada qualquer reclamação sobre o assunto, sendo do seu conhecimento que em tempos foram efetuadas vistorias à empresa tendo tido um resultado positivo, pois levou a que fossem construídas lagoas, o que naturalmente fez com que o nível de odores baixasse significativamente. Pelo que caso se verifique essa situação com frequência os interessados devem comunicar oficialmente à Câmara Municipal para que se atue junto da empresa. -----

-----Dada a palavra, o senhor Vereador Jaime Miguel Fernandes Garcia em relação à manutenção das faixas de gestão de combustível a preocupação manifestada foi pelo facto de, no passado ano, parte dos trabalhos terem decorrido no mês de setembro, tendo questionado qual a data prevista para a conclusão dos trabalhos em virtude de presentemente estarem a ser elaborados os procedimentos para os referidos trabalhos, daí a sua questão se os trabalhos serão efetuados antes do período crítico do período mais quente do ano, realçando que é do conhecimento de todos que se houver uma temporada mais seca os incêndios rurais podem surgir também no período de menor calor, como aconteceu no passado. Relativamente à questão sobre os odores em Várzea Grande referiu que se consubstanciou porquanto foi abordado, por vários munícipes, tendo parte destes sido no passado domingo, durante as comemorações do aniversário do Varzeense, tendo para o efeito circulado junto das lagoas e constatado a não existência de odores nauseabundos. Contudo, referiu ser recorrente algumas queixas verbais, sendo natural que cause algum incómodo aos residentes. -----

-----O senhor Presidente referiu que irá dar indicação aos serviços para verificarem a situação relativa aos odores. Em relação à conclusão dos trabalhos de limpeza das faixas de gestão referiu que, tal como mencionou, o planeamento feito pelo GTF é no sentido de os procedimentos estarem concluídos antes do período crítico de risco de incêndios, sendo que não poderá garantir

que a empresa vencedora do procedimento cumpra com o prazo estabelecido e, mesmo tendo essa capacidade, que não possa existir qualquer constrangimento que impeça de cumprir as regras do procedimento. -----

-----O senhor Vice-Presidente agradeceu ao Executivo da União das Freguesias pela cedência do espaço sendo objetivo da Câmara Municipal com a realização das reuniões descentralizadas dar a oportunidade para que os munícipes residentes possam participar.-----

-----Relativamente aos percursos pedestres referiu que o concelho tem um número significativo de percursos o que se traduz num número bastante longo em quilómetros o que, naturalmente, faz com que haja um trabalho assíduo na limpeza dos mesmos, o que nem sempre nos é possível, face a alguns constrangimentos naturais, como é o caso das intempéries. Neste sentido, informou estar a ser efetuado um planeamento para que todos no início da primavera possam reunir condições para que se possa circular estando previsto o início dos trabalhos nos percursos de maior procura. É um facto, que um dos fatores que faz com que as ervas não cresçam rapidamente é sem dúvida que os mesmos sejam utilizados, pelo que têm sido tomadas diligências junto de algumas entidades promotoras de trails para que estes percursos sejam utilizados durante as provas o que naturalmente faz com que haja uma maior manutenção destes trilhos. Além dos trabalhos efetuados pela Câmara Municipal em alguns percursos referiu que também as Juntas de Freguesias têm dado o seu apoio, assim como os Baldios e Associações/Comissões locais. No que concerne à sinalética referiu existirem pontos em que é necessário colocá-la, trabalho que tem vindo a ser efetuado conjuntamente com a Lousitânea, sublinhando que, infelizmente, existem situações que a falta da mesma se deve a vandalismo. --

-----Relativamente à limpeza das faixas de gestão e combustível referiu que, no passado ano, algumas das empresas que concorreram posteriormente desistiram, pelo que para que não se verifique a mesma situação, no presente ano, optou-se por se dividir os trabalhos por três lotes, cabendo cada lote a empresas diferentes, para que seja reduzido o risco de incumprimento dos prazos previstos no procedimento. -----

-----Relativamente a iniciativas promovidas pelo Município fez alusão ao desafio “Góis com Mel” lançado a todos os estabelecimentos de restauração concelhios de confeccionarem um prato onde o mel, produto endógeno, seja um ingrediente obrigatório, à semelhança do desafio do ano transato em que a truta foi o produto endógeno escolhido e os pratos apresentados foram

realmente diferenciadores, tendo o prato vencedor sido degustado na edição da BTL no presente ano.-----

-----Terminou a sua intervenção, lembrando que no dia 29.03.26, domingo, irá decorrer o passeio de TT Rota da Colmeias, no território da União das Freguesias, sendo um passeio que os participante e público podem conhecer alguns lugares recônditos desta freguesia.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

## **2 – PÚBLICO:**-----

-----a) A senhora Sandra Félix, na qualidade de Presidente da União das Freguesias de Cadafaz e Colmeal, deu as boas-vindas a todos, salientando que serão sempre bem-vindos à União das Freguesias.-----

-----Relativamente ao tanque de combate a incêndios existente no Açor referiu a sua satisfação pelo equipamento estar sinalizado para intervenção desejando ter conhecimento de qual a previsão para a realização dos necessários trabalhos.-----

-----Sobre esta questão o senhor Presidente lembrou as suas palavras que teria sido remetido um e-mail à senhora Presidente a questionar se executa os trabalhos porquanto estes são da responsabilidade da Autarquia que preside.-----

-----A senhora Presidente da União das Freguesias referiu que efetivamente o tanque encontra-se edificado em terreno propriedade desta Autarquia tendo sido a própria que procedeu à sua construção, estando o equipamento identificado como ponto de proteção civil, entendendo não ser competência desta Autarquia efetuar os trabalhos, contudo poderá ser um equívoco. -----

-----O senhor Presidente informou que os pontos de Proteção Civil têm responsáveis e, no caso concreto, a responsabilidade estaria atribuída aos Compartes, situação dúbia ao longo dos tempos, tendo-se concluído não ser desta organização, pelo que nesse sentido foi remetida comunicação à União das Freguesias para que informe a Câmara Municipal se tem ou não capacidade para executar os trabalhos de melhoramento do equipamento. Acresce que o Município tem um conjunto de tanques sinalizados que carecem de intervenção para a qual irá ser aberto procedimento pelo que solicitou à senhora Presidente que após ter conhecimento do e-mail remetido responda em conformidade. -----

-----A senhora Presidente da União das Freguesias referiu que um outro assunto que desejava expor é a necessidade de asfaltar as ruas do Sobral questionando da previsão de realização dos

trabalhos. Ainda sobre vias de comunicação fez referência aos estradões florestais existentes na freguesia que necessitam de ser intervencionados. Sobre os percursos pedestres referiu ser do seu conhecimento que a manutenção de alguns destes seria da competência da Trans Serrano questionando se o acordo já não se encontra a vigorar. Sobre as iniciativas que são promovidas pela Câmara Municipal questionou sobre a possibilidade de estas serem divulgadas com um maior espaço temporal para que se possam enveredar esforços para que os idosos residentes nesta freguesia possam também participar. Concluiu, referindo ter estado presente na BTL e pela visita que efetuou pôde constatar que no stand do Município de Góis havia somente flyers de Góis, ao invés de haver das quatro freguesias do concelho, conforme pode verificar na maioria dos stands, pelo que sugeriu que numa próxima oportunidade possam também dar visibilidade aos flyers promotores de alojamento e pontos de turismo existentes em todas as freguesias.-----

-----O senhor Presidente em relação à pavimentação do piso na localidade de Sobral informou que se encontra devidamente sinalizado a par com outras situações estando em curso um procedimento para aquisição de massa betuminosa para poder realizar os trabalhos em questão, não estando ainda definida a data para a realização dos trabalhos, porquanto existem outros prioritários fruto das recentes intempéries. Em relação aos estradões florestais referiu a existência de muitos no concelho nas mesmas situações, sequência das intempéries que se fizeram sentir, e também dos trabalhos realizados por empresas de exploração florestal dentro desse mesmo período, sendo um trabalho que também irá ser efetuado. Em relação aos eventos informou que irá dar indicação ao serviço de Turismo para que os mesmos sejam divulgados atempadamente, lembrando que na sua grande maioria as iniciativas são divulgadas num período temporal razoável. -----

-----O senhor Vice-Presidente sobre a BTL referiu que os procedimentos para a participação neste certame foram tomados num prazo muito curto pelo que não houve tempo suficiente para contactar todos os nossos operadores para apelar à sua presença, relevando que o operador que tem estado presente no stand do Município de Góis, a Trans Serrano, no presente ano optou por divulgar os seus produtos a título individual. Efetivamente os flyers distribuídos foram os existentes da Câmara Municipal, pelo que, numa próxima ocasião, podemos também divulgar os flyers existentes das freguesias. No entanto, referiu que a banca existente é demasiado pequena para que possamos ter um conjunto de informação promocional alusiva ao concelho. Sobre os

percursos pedestres informou que no primeiro mandato não havia qualquer acordo com nenhuma organização para a manutenção destes, tendo sido posteriormente acordado com a Lousitânea a questão da sinalética dos mesmos e conservação de parte dos percursos, principalmente, os existentes na zona das Aldeias do Xisto. A limpeza dos outros percursos têm sido realizada por prestadores de serviços, trabalhos efetuados no PR3 e PR4 na União das Freguesias, bem como na Rota do Vale do Ceira, trata-se de um trabalho árduo pois devido às constantes chuvadas é necessário proceder à limpeza destes com maior frequência o que nem sempre nos é possível fazer dentro de um prazo razoável. Quanto à divulgação dos eventos informou que a agenda é divulgada assim que os mesmos se encontram programados, havendo efetivamente um reforço da programação na semana que antecede ao acontecimento, todavia iremos dar indicação que a programação seja remetida dentro de um maior prazo para que possa fazer-se chegar a um maior número de munícipes. -----

-----A senhora Vereadora Paula Cristina Silva Matos Neves em relação à questão de flyers promocionais referiu que a CIMRC impôs que não fossem facultados flyers por uma questão de sustentabilidade, de forma a não existir um consumo excessivo de papel, pois muitos dos visitantes recolhem os panfletos promocionais e, posteriormente, é visível os caixotes do lixo existentes na BTL estarem apinhados de merchandising promocional, não invalidando esta situação que, numa próxima oportunidade, possamos recolher os folhetos para divulgação. Em relação a existir uma divulgação mais atempada dos eventos referiu que tem sido prática da Câmara Municipal fazê-lo podendo efetivamente haver uma ou outra situação, como a questão do próximo Teatro, cuja divulgação foi lançada na passada sexta-feira, porquanto só nos foi dada resposta da presença da companhia de teatro uma semana antes de subir ao palco a peça.-----

-----b) O senhor António Duarte, residente na União das Freguesias do Cadafaz e Colmeal, iniciou a sua intervenção mencionando que a descentralização das reuniões da Câmara Municipal só fará sentido numa aproximação dos eleitos com os eleitores e para isso terá que existir uma divulgação prévia da iniciativa. Presentemente, encontra-se a assistir à reunião pelo facto de se ter deslocado, no período da manhã, à Câmara Municipal e o senhor Presidente o ter informado que a reunião seria realizada no Colmeal, o que o levou a consultar as redes sociais do Município estando efetivamente divulgado o edital com a informação, contudo foi somente uma única vez, o que significa que tanto nesta situação, como ao nível dos espetáculos, a divulgação deverá ser

realizada mais do que uma vez. Ainda sobre a divulgação lamentou que esta não tenha sido divulgada nos painéis existentes na freguesia e também na rede social da União das Freguesias, pelo que contactados alguns fregueses para participarem nesta reunião, somente a sua pessoa mostrou disponibilidade pelo facto de ter tido conhecimento por se ter deslocado à sede do concelho. -----

----Um outro assunto é sobre o EEA GRANTS tendo, referindo que desde o princípio da sua implementação que efetuou alguma pressão junto de algumas entidades por ser para si uma grande expectativa tendo, posteriormente, o resultado sido para si uma grande desilusão. Em todo este projeto referiu poder-se aproveitar a Grande Rota e o Parque Patrimonial do Vale do Ceira, enfatizando o trabalho efetuado pela Lousitânea em todo este processo, tendo feito referência à questão das limpezas e entidades responsáveis por esses mesmos trabalhos. Sendo um projeto conjunto entre os municípios de Arganil, Lousã, Góis e Pampilhosa da Serra deverão ser envidados esforços para que haja um consenso para que os municípios trabalhem conjuntamente para o parque patrimonial reúna todas as condições para que possa ser visitado. Ainda sobre a infraestruturas existentes, como os moinhos, que foram recuperados no âmbito do EEA GRANTS referiu que deveria ser dada uma outra visibilidade através da dinamização destes espaços. -----

----Sobre a questão do diferendo existente relativo ao parque eólico, referiu que o baldio do Colmeal foi durante anos gerido pela Junta de Freguesia tendo tecido alguns considerandos sobre os procedimentos tomados em relação à manutenção dos baldios, bem como à distribuição dos dividendos gerados pelo parque eólico. Referiu que quando a gestão dos baldios passou para os compartes foi interposto um processo judicial tendo para o efeito dado conhecimento dos procedimentos tomados. -----

----O senhor Presidente solicitou à senhora Chefe da DGUPA para se pronunciar na questão relativa ao Parque Patrimonial do Vale do Ceira.-----

----A senhora Chefe da DGUPA relativamente à gestão do Parque Patrimonial referiu que foram realizadas algumas reuniões após o encerramento do projeto para que os quatro municípios delegassem na CIMRC a gestão, sendo que, nesta matéria, até à data ainda não houve um consenso unânime para que possa a gestão vir a ser feita para Comunidade Intermunicipal. -----

----A Câmara tomou conhecimento.-----

### **3 – ORDEM DO DIA**

**3.1 – ATA DA REUNIÃO ANTERIOR** – De acordo com o determinado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no seu artigo 57º, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a ata da reunião realizada no dia dez de março de 2026, sendo assinada pelo senhor Presidente e por quem a lavrou.

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos-----

**3.2 – ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÃO BRÁS DE ALPORTEL/MANIFESTAÇÃO DE SOLIDARIEDADE AOS MUNICÍPIOS ATINGIDOS PELAS TEMPESTADES** – A Câmara tomou conhecimento da Manifestação de Solidariedade aos Municípios atingidos pelas Tempestades, apresentada pela Assembleia Municipal de São Brás de Alportel.

**3.3 – ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE/VOTO DE SOLIDARIEDADE** – A Câmara tomou conhecimento do Voto de Solidariedade apresentado pela Assembleia Municipal de Esposende expressando a sua total solidariedade institucional para com todos os Municípios e populações dos concelhos onde foi declarado o estado de calamidade na sequência da tempestade Kristin.

**3.4 – ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BRAGANÇA/VOTO DE PESAR PELAS VÍTIMAS MORTAIS DAS TEMPESTADES QUE ASSOLARAM PORTUGAL** – A Câmara tomou conhecimento do Voto de Pesar pelas vítimas mortais das tempestades que associaram Portugal, remetido pela Assembleia Municipal de Bragança.

**3.5 – ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE S. JOÃO DA MADEIRA/VOTO DE PESAR PELAS VÍTIMAS DAS INTEMPÉRIES** – A Câmara tomou conhecimento do Voto de Pesar pelas vítimas das intempéries que assolaram diversas regiões do país com especial incidência na região centro, apresentado pela Assembleia Municipal de S. João da Madeira.

**3.6 – CÂMARA MUNICIPAL DE BAIÃO/VOTO DE PESAR INTEMPÉRIES** – A Câmara tomou conhecimento do Voto de Pesar apresentado pela Câmara Municipal de Baião na sequência do impacto das consecutivas depressões que assolaram o País.

**3.7 – RELATÓRIO DE ENCERRAMENTO DO PROJETO DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS** – O senhor Presidente referiu que o documento apresenta o ponto de situação do Município em matéria de proteção de dados pessoais no termo do ciclo de designação do Encarregado de Proteção de Dados correspondente ao período compreendido entre março de 2023 e fevereiro de 2026. Durante este período foi desenvolvido um modelo de acompanhamento técnico

continuado, orientado para a consolidação progressiva de práticas organizacionais alinhadas com o Regulamento (UE) 2016/679 (RGPD), bem como com o enquadramento legal nacional aplicável, incluindo legislação setorial específica. A intervenção incidu não apenas na criação de instrumentos estruturantes, mas também na análise aprofundada de matérias complexas e potencialmente críticas para o Município, designadamente no domínio da videovigilância, tratamento de dados no contexto dos órgãos autárquicos, transição de mandatos e definição de enquadramentos de licitude em regulamentos municipais. O presente documento visa oferecer uma visão estruturada e fundamentada do grau de consolidação institucional alcançado, identificando simultaneamente as dimensões que carecem de estabilização e desenvolvimento subsequente. Nesse sentido, fez uma abordagem aos assuntos nele constantes, concluindo que o Município dispõe atualmente de uma base técnica sólida e de um nível de consciencialização interna significativo, reunindo condições para evoluir de um modelo predominantemente assistido para um modelo preventivo e estruturalmente consolidado, assente na aplicação consistente e transversal das ferramentas já desenvolvidas.-----

----O senhor Vereador Jaime Garcia referiu que o relatório apresentado evidencia a realização de trabalho relevante em matéria de proteção de dados, mas sublinha igualmente que esse trabalho ainda não se encontra plenamente consolidado no funcionamento do Município. Salientou que existe atualmente uma base construída, que continua, no entanto, dependente de acompanhamento técnico e sem aplicação uniforme por todos os serviços municipais. Alertou que esta situação representa um risco, sobretudo em áreas sensíveis como a ação social, os dados escolares e a videovigilância. Por fim, considerou que, mais do que encerrar um projeto, é essencial transformar o trabalho desenvolvido numa prática permanente, com regras claras, aplicação transversal e mecanismos de controlo efetivos, de modo a garantir, no quotidiano da atividade municipal, a proteção efetiva dos dados pessoais dos cidadãos.-----

----O senhor Presidente referiu tratar-se de um trabalho contínuo, sendo que a contratação do responsável pela implementação deste processo tem como intenção monitorizar se o conteúdo do documento é cumprido estando, também, os serviços sensibilizados para os procedimentos adequados em qualquer conduta a efetuar pelo Município.-----

----A Câmara tomou conhecimento.-----

### **3.8 – ATRIBUIÇÃO DE ESTÍMULOS E INCENTIVOS DE APOIO PONTUAIS/PROCESSO Nº**

**2026/850.10.003/6** – Foi presente a informação do Serviço de Ação Social, Formação, Emprego e Juventude, datada de 11.03.26, relativa ao Processo nº 2026/850.10.003/6.-----

-----O senhor Presidente referiu tratar-se de uma recente empresa sediada na União das Freguesias de Cadafaz e Colmeal, que apresentou candidatura ao Incentivo à Criação do Próprio Emprego, que se consubstancia na atribuição de um subsídio não reembolsável, no montante de 1.000,00€, reunindo a candidatura todos os requisitos para ser deferida em conformidade com o Regulamento para a atribuição de Incentivos Municipais. -----

-----O senhor Vereador Jaime Garcia referiu que, relativamente à proposta em apreciação, do ponto de vista técnico, a candidatura cumpre o regulamento em vigor, não havendo, nesse sentido, qualquer objeção à sua aprovação. Acrescentou, no entanto, que essa não deve ser a única leitura a fazer, salientando que o apoio em causa respeita a uma empresa criada na União das Freguesias do Cadafaz e Colmeal, freguesia onde decorre a reunião e que apresenta a menor população do concelho. Considerou este facto positivo e digno de valorização, por traduzir iniciativa e vontade de investir num território particularmente afetado pelo despovoamento. Referiu, contudo, que essa circunstância reforça a necessidade de uma reflexão mais ampla sobre o regulamento em vigor, o qual, no seu entendimento, evidencia limitações enquanto instrumento de apoio ao empreendedorismo. Nesse contexto, destacou a existência de uma incoerência de base, uma vez que o regulamento se apresenta como um incentivo à criação do próprio emprego, mas, na prática, não exige a criação de qualquer posto de trabalho, sendo suficiente a fixação da empresa no concelho para acesso ao apoio. Sublinhou que tal dissociação entre o enquadramento conceptual e a aplicação prática compromete a eficácia da medida. Acrescentou ainda que o valor do incentivo, fixado em 1.000€, se revela manifestamente reduzido, não constituindo um estímulo significativo ao investimento nem à criação de atividade económica sustentável. Sublinhou que, no atual contexto, estas políticas, tal como estão desenhadas, não contribuem de forma efetiva para a dinamização económica do concelho, nem para a criação de emprego ou fixação de população jovem. Referiu que, perante os desafios estruturais do concelho de Góis, particularmente evidentes em freguesias de baixa densidade como o Cadafaz e Colmeal, se impõe a adoção de políticas públicas com maior ambição, escala e orientação para resultados. Nesse sentido, defendeu a revisão do regulamento, com vista a

alinhar os incentivos com a criação efetiva de emprego, introduzir mecanismos de majoração para projetos com impacto económico, reforçar a dimensão financeira dos apoios, valorizar a fixação de jovens e a dinamização das freguesias de menor densidade, bem como promover setores estratégicos para o concelho. Concluiu referindo que o desenvolvimento do concelho não ocorrerá por inércia, exigindo visão, ambição e apoios públicos mais robustos, considerando que as medidas atualmente existentes, embora formalmente corretas, são insuficientes face às necessidades do território. Por fim, saudou os empreendedores em causa e manifestou o acompanhamento da proposta, por respeito ao regulamento em vigor, deixando, contudo, a nota de que é necessário fazer mais e melhor, sublinhando que o papel do Município deve ser o de alavancar investimento e não apenas conceder apoios de caráter simbólico.-----

-----O senhor Presidente referiu que, mais uma vez, a intervenção do senhor Vereador é semelhante ao que tem vindo a ser a sua prática, ou seja, minorizar aquelas que têm sido as iniciativas do município, esquecendo-se que estes documentos tiveram origem na vigência do Executivo do PS. Acresce que o Regulamento está a ser revisto pelo que o senhor Vereador terá a oportunidade de o conteúdo que expressa nas suas intervenções plasmar naquilo que pretende para o Regulamento e então poder criar as tais situações que irão alavancar e que podem fazer com que saíamos da inércia. Ainda sobre o que foi proferido, que não se cria emprego, lembrou que numa sociedade por quotas, naturalmente, os trabalhadores da sociedade também podem ser os dois gerentes, podendo a sociedade desenvolver a sua atividade somente com as duas pessoas gerentes, pelo que se subentende ser uma falácia quando se fala que não há criação e emprego uma que vez que há criação de dois postos de trabalho.-----

-----O senhor Vereador Jaime Miguel Fernandes Garcia na sequência das palavras do senhor Presidente quanto à questão da criação de postos de trabalho referiu que uma sociedade pode existir e efetivamente funcionar sem criação de emprego, sendo que as suas anteriores palavras foram contextualizadas no que plasma o Regulamento, ou seja, que é um incentivo à criação de emprego, sendo que é atribuído o benefício, concordando com essa atribuição, contudo não é acautelada a criação de emprego, bastando somente a criação da sociedade, sociedade esta que pode ter gerentes e pode não ter empregados. Pelo que não mencionou que a presente sociedade tem ou não tem empregados, por não ter sido facultado os dados sobre a empresa, tendo as suas palavras sido numa ótica construtiva, pelo que apresentará contributos na

alteração ao Regulamento nesse sentido, sendo que as suas palavras espelham no sentido de o contributo da Câmara Municipal ser mais expressivo, e não estar a criticar que o documento está mal feito, mas sim ser pouco ambicioso, sendo essa mesma ambição insuficiente no passado. Por conseguinte, entende que a Câmara Municipal poderá fazer mais e que os apoios que são atribuídos às empresas que pudessem ser majorados no caso de efetiva criação de emprego ou em outro tipo de investimentos em que o prémio ao invés de ser no valor de mil euros pudesse ser num valor superior, à semelhança do que é praticado em outros Municípios, sendo essa ambição que devemos alinhar, estando os Vereadores do PS favoráveis à presente proposta, entendendo que o Município poderá fazer mais e melhor. -----

-----O senhor Presidente na sequência das palavras ora proferidas pelo senhor Vereador referiu ser por essa ordem de razões que o Regulamento vai ser objeto de revisão por existirem situações que não concordamos, esperando que sejam apresentados contributos por parte do senhor Vereador. Ainda sobre a questão de criação de emprego e a implementação de empresa não passa somente pelo facto do estímulo que qualquer autarquia possa atribuir, havendo outro tipo de incentivos como os fiscais que poderiam ser cedidos por quem de direito que poderiam efetivamente fazer a diferença nos territórios do interior, fazendo sentido que se pudermos melhorar os incentivos deveremos fazê-lo.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a atribuição do incentivo de 1.000,00 € à empresa requerente.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

### **3.9 – PROGRAMA CLDS 5G/SUBSTITUIÇÃO TEMPORÁRIA DA COORDENADORA TÉCNICA DO**

**CLDS 5G** – O senhor Presidente deu conhecimento da necessidade de substituição temporária da Coordenadora Técnica do CLDS 5G, pelo que seguindo os trâmites legais foi realizada reunião do CLAS na qual foi deliberado designar a Técnica Gisela Patrícia Marques Barata em virtude de reunir os requisitos necessários para o cargo em questão. Contudo, em conformidade com o artigo 14º do Regulamento do Programa CLDS, Portaria nº 428/2023, de 12 de dezembro, é da competência da Câmara Municipal designar um coordenador técnico para o respetivo CLDS.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, designar a Técnica Gisela Patrícia Marques Barata como Coordenadora do CLDS 5G, em regime de substituição temporária



da técnica designada para o cargo na reunião da Câmara Municipal de 27.08.24.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

**3.10 – ASSOCIAÇÃO JUST A CHANGE – PROTOCOLO CAMP IN GÓIS 2026** – O senhor Presidente referiu que na reunião da Câmara Municipal de 11.03.25 foi aprovada a celebração de um Protocolo entre o Município de Góis e a Associação Just a Change, cujo objetivo é a reabilitação de casas de pessoas em situação de pobreza habitacional. Estas reabilitações são realizadas por voluntários que se inscrevem na atividade Camp In, isto é, são inseridos em campos de verão, por todo o país, em especial nas zonas rurais, com a duração de 15 dias. No ano transato, o Camp In decorreu em Góis, de 27 de julho a 10 de agosto, tendo contado com a participação de um grupo de 25 voluntários, para reabilitar 3 habitações. Informou ainda que no ano 2025 este Projeto, para além da comparticipação financeira do Município no valor de 20.000,00€, contou ainda com o patrocínio da Empresa Alves Bandeira e do Crédito Agrícola Mútuo. A celebração do referido Protocolo assentou na premissa de que a habitação é um direito fundamental constitucionalmente consagrado, assumindo-se como um dos mais relevantes instrumentos de coesão social e inclusão e, que os Municípios têm por objetivo primordial a prossecução dos interesses próprios e comuns dos respetivos munícipes, detendo atribuições nos domínios da ação social e habitação, conforme dispõem as alíneas h) e i) do n.º 2 do artigo 23.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, 12 de setembro. -----

-----Atendendo ao sucesso alcançado com o referido Projeto no ano de 2025, tendo o mesmo contribuído, para além da reabilitação habitacional de três imóveis, também para o aumento da autoestima e da qualidade de vida dos seus beneficiários, o senhor Presidente referiu que importa dar continuidade a esta iniciativa, reforçando o seu alcance e impacto junto da comunidade. Neste sentido, propôs à Câmara Municipal a sua continuidade para o ano de 2026, através da contribuição financeira no valor de 20.000,00€ para o corrente ano, distribuídos em três tranches, conforme plasma a informação técnica, e, posteriormente será presente ao Executivo o protocolo, tendo sido realizada reunião com a associação no dia de ontem. Conforme pode verificar-se no Relatório, anexo à informação técnica, o antes e o depois das respetivas intervenções nas habitações sinalizadas, efetivamente é de todo o interesse dar continuidade a este projeto porquanto permitirá que se crie melhores condições nas habitações escolhidas.-----

-----O senhor Vereador Jaime Garcia no que respeita à proposta em apreciação começou por reconhecer o mérito da parceria estabelecida com a Associação Just a Change. Referiu tratar-se de uma iniciativa com impacto social concreto, que contribui para a melhoria das condições de habitabilidade de famílias carenciadas do concelho, mobilizando voluntariado e promovendo um relevante espírito de solidariedade comunitária, considerando, por isso, que o trabalho desenvolvido deve ser valorizado. Não obstante, entendeu ser importante enquadrar a proposta numa perspetiva mais ampla da política de habitação do Município. Nesse sentido, salientou que o concelho de Góis dispõe, desde 2022, de uma Estratégia Local de Habitação devidamente aprovada, a qual identifica de forma clara as necessidades existentes, apontando para mais de seis dezenas de famílias em situação de carência habitacional e para um investimento estimado superior a oito milhões de euros para dar resposta a esse problema. Assim, considerou que, estando o diagnóstico realizado e a estratégia definida, importa agora assegurar a implementação de medidas concretas. Referiu ainda que o protocolo em análise, sendo positivo, representa uma resposta necessariamente limitada, uma vez que se traduz em intervenções pontuais, concentradas num curto período do ano e com reduzida escala, tendo abrangido três habitações no ano anterior, o que considerou manifestamente insuficiente face à dimensão do problema identificado. Alertou para o risco de se confundir uma iniciativa meritória com uma política pública estruturada, sublinhando que não se trata da mesma realidade. Defendeu, por isso, que o papel do Município deve ser mais ambicioso, passando por liderar uma política de habitação consistente, que articule a Estratégia Local de Habitação, os instrumentos de financiamento disponíveis e soluções operacionais permanentes no terreno. Acrescentou que, mais do que apoiar iniciativas pontuais, compete ao Município alavancar investimento e promover soluções estruturais. Concluiu referindo que, não obstante as reservas apresentadas, e reconhecendo o mérito social da iniciativa, acompanharia favoravelmente a proposta, deixando, contudo, a nota de que o concelho de Góis necessita de evoluir de respostas pontuais para uma política de habitação com efetiva capacidade de transformação do território.-----

-----O senhor Presidente referiu comungar com o teor na intervenção do senhor Vereador, caso contrário não se teria realizado a Estratégia Local de Habitação a qual determinou que se apresentassem candidaturas no âmbito do PRR ao 1º Direito - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação tendo o Município de Góis ficado de fora das 26.000 habitações selecionadas, as quais

na sua grande maioria recaíram em municípios de maior dimensão. No PTRR a habitação é uma questão central pelo que quando estiverem definidas as intervenções, o grau destas, e a forma como as mesmas poderão realizar-se é que poderemos perceber quais as intervenções que podem ser feitas nesta matéria no nosso território. Relembrou que, no passado os investimentos em habitação pública foram realizados pela administração central, sendo que presentemente os investimentos existentes são feitos por particulares.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, que Município de Góis efetue a respetiva contribuição financeira no valor de 20.000,00€.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

**3.11 – ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DE GÓIS/ANO DE 2027** – O senhor Presidente referiu que o Município de Góis ao abrigo do Regulamento do Orçamento Participativo de Góis dispõe de um mecanismo de democracia participativa onde os/as cidadãos/ãs decidem uma parte das verbas públicas, apresentando e votando propostas os/as cidadãos/ãs naturais ou residentes ou trabalhadores/as ou estudantes do concelho de Góis. O Regulamento do Orçamento Participativo de Góis (Regulamento n.º 641/2018, de 11 de outubro, alterado pelo Regulamento n.º 469/2019, de 28 de maio de 2019 e pelo Aviso (extrato) n.º 23663/2021, de 23 de dezembro) estabelece dois processos paralelos de Orçamento Participativo, designadamente o Orçamento Participativo Jovem (OPJ) e o Orçamento Participativo Geral (OPG). O Orçamento Participativo de Góis tem como finalidade: a) contribuir para uma maior aproximação das políticas públicas às reais e expectantes necessidades dos/as jovens e da comunidade em geral; b) potenciar o exercício de uma cidadania participativa, ativa e responsável para reforçar a credibilidade das instituições e a qualidade da própria democracia; c) incentivar a interação entre eleitos/as, técnicos/as municipais e cidadãos/ãs na procura de soluções para melhorar a qualidade de vida no Concelho, especialmente em benefício das áreas do território mais afastadas e dos grupos sociais mais vulneráveis; d) contribuir para a educação cívica, convidando os/as cidadãos/ãs a conhecer a realidade do Município e a ter uma visão global, que lhes permita equacionar as suas preocupações pessoais no âmbito mais geral do bem comum, compartilhando a complexidade dos problemas e a responsabilidade pela definição e escolha das soluções mais adequadas; e) aumentar a transparência da atividade da autarquia, o nível de responsabilização dos/as eleitos/as e da estrutura municipal, contribuindo para reforçar a qualidade da democracia e

apoiar o desenvolvimento comunitário. O artigo 7.º do Regulamento em vigor, define uma coordenação política e uma coordenação técnica. A coordenação política estará a cargo do/a Presidente da Câmara Municipal. Relativamente à coordenação técnica será assumida por um/a coordenador/a designado/a pelo/a Presidente da Câmara, que assumirá as funções de coordenação global, assegurando a realização de cada uma das fases do Orçamento Participativo de Góis, incluindo o acompanhamento da execução dos projetos, a monitorização e avaliação do processo, bem como a produção de relatórios. O Orçamento Participativo prevê uma equipa de análise técnica, de carácter multidisciplinar e intersectorial, composta por 3 técnicos/as, também designada pelo/a Presidente da Câmara Municipal que assumirá a verificação da viabilidade das propostas apresentadas pelos participantes e a elaboração preliminar dos projetos que serão colocados em votação pública. Dando cumprimento a todas as fases do Orçamento Participativo de Góis previstas no artigo 8.º do Regulamento do Orçamento Participativo, propôs que seja definida a seguinte calendarização do OP Góis 2027: Preparação do Processo – março; Apresentação das propostas – abril e maio; Análise técnica das propostas e discussão pública – junho a agosto; Votação das propostas – setembro; Apresentação pública dos resultados – outubro; Aprovação dos documentos previsionais – outubro; Avaliação – dezembro.-----

-----Prosseguiu, referindo que tendo por base o artigo 6.º do Regulamento n.º 641/2018, de 11 de outubro, alterado pelo Regulamento n.º 469/2019, de 28 de maio de 2019 e pelo Aviso (extrato) n.º 23663/2021, de 23 de dezembro, é da competência da Câmara Municipal definir o montante anual a atribuir ao Orçamento Participativo de Góis 2027 designadamente o correspondente ao Orçamento Participativo Jovem e o referente ao Orçamento Participativo Geral, tendo proposto à semelhança dos anteriores anos que o montante seja de trinta mil euros para o Orçamento Participativo Jovem e de vinte mil euros para o Orçamento Participativo Geral.-

-----Relativamente a projetos dos anos anteriores referiu a existência de alguns que ainda não se encontram totalmente executados e outros que ainda não foram concretizados, em virtude de carecerem de projetos elaborados pelo Município, bem como de pareceres externos que se aguardam, esperando que brevemente todas estas propostas possam estar devidamente implementadas. -----

-----O senhor Vereador Jaime Miguel Fernandes Garcia no âmbito da apreciação da proposta de Orçamento Participativo para 2027, começou por reconhecer a relevância do instrumento

enquanto mecanismo de promoção da participação cívica e de aproximação dos cidadãos às decisões públicas. Referiu que, do ponto de vista técnico, o modelo apresentado se encontra devidamente estruturado e assente numa metodologia consolidada, o que considerou positivo. No entanto, salientou que a principal limitação do Orçamento Participativo em Góis não reside no desenho do processo, mas sim na sua ambição política. Nesse sentido, destacou que o montante global anual de 50.000 euros condiciona o alcance das iniciativas, limitando-as, na sua maioria, a intervenções pontuais e de reduzido impacto estruturante no desenvolvimento do concelho. Considerou que esta realidade levanta uma questão de fundo quanto ao papel do Orçamento Participativo, questionando se o mesmo deve assumir um carácter meramente simbólico ou constituir-se como um verdadeiro instrumento de desenvolvimento local, alertando que a participação sem impacto pode gerar frustração. Acrescentou que o modelo não evidencia uma ligação clara entre o Orçamento Participativo e as prioridades estratégicas do concelho, nomeadamente ao nível da fixação de jovens, da dinamização económica, da valorização das aldeias e da coesão territorial, concluindo que, apesar de existir um processo estruturado, falta-lhe uma orientação estratégica consistente. Referiu ainda que a governação do processo se mantém excessivamente concentrada no executivo, defendendo que seria desejável uma maior abertura, transparência e envolvimento plural. Por fim, afirmou que não está em causa o instrumento em si, mas sim a necessidade da sua evolução, a qual deverá assentar no reforço da ambição do seu alcance, numa maior orientação estratégica e no aprofundamento da participação efetiva. Concluiu sublinhando que o papel do Município deve ir além da criação de mecanismos formais de participação, devendo traduzir-se na sua efetiva transformação em desenvolvimento real, entendendo que é tempo de dar um passo em frente nesta matéria.-----

-----O senhor Presidente referiu que as alterações ao Regulamento do Orçamento Participativo também podem ser objeto de proposta dos membros do Executivo municipal e a acontecer terão que ser analisadas dentro daquela que é a perspetiva do Orçamento. Referiu que o concelho de Góis ao invés de outros, de maior dimensão, e até mesmo mais ambiciosos, nos quais nos últimos anos não tem havido Orçamento Participativo, tem levado a efeito este mecanismo de democracia participativa que permite aos cidadãos decidir diretamente sobre a aplicação de uma parte do orçamento municipal com o objetivo de concretização de alguns projetos locais. O Município de Góis apesar da pequenez, da falta de visão e até mesmo não ir ao encontro do que

se pretende, tem conseguido que todos anos se apresentem propostas e que tenha havido a valorização de alguns espaços públicos que vão ao encontro do que as populações manifestam que entendem ser adequado e pertinente para o seu território, sem prejuízo de se poder olhar para o OP de outra forma e poderem ser feitos alguns ajustes que sejam considerados necessários e que possam criar um modelo mais abrangente que possa ter um impacto diferente no território. -----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, que o montante destinado ao Orçamento Participativo Jovem seja de 30.000,00€ e do Orçamento Participativo Geral seja de 20.000,00€.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.-----

**3.12 – REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA/PROCESSO Nº 2025/300.10.005/1248** – Foi presente a informação da DGUPA relativa à extensão da rede de iluminação pública, no Sítio do Soito, Freguesia de Alvares. referente ao Processo Nº 2025/300.10.004/1248.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a extensão a rede de iluminação pública.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

**3.13 – REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA/PROCESSO Nº 2025/300.10.005/1259** – Foi presente a informação da DGUPA relativa à extensão da rede de iluminação pública em Amiosinho, Freguesia de Alvares, referente ao Processo Nº 2025/300.10.005/1259.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a extensão a rede de iluminação pública.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

**3.14 – REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA/PROCESSO Nº 2025/300.10.005/1289** – Foi presente a informação da DGUPA relativa à extensão da rede de iluminação pública na Rua Travessa das Quintas, Freguesia de Alvares, Processo Nº 2025/300.10.005/1289.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a extensão a rede de iluminação pública.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

**3.15 – REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA/PROCESSO Nº 2025/300.10.005/1425** – Foi presente a informação da DGUPA relativa à extensão da rede de iluminação pública em Sítio Videiros, Cerdeira, Freguesia de Góis, Processo Nº 2025/300.10.005/1425.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a extensão a rede de iluminação pública.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

**3.16 – REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA/PROCESSO Nº 2025/300.10.005/1552** – Foi presente a informação da DGUPA relativa à extensão da rede de iluminação pública no Largo de Santo António Cadafaz, na União das Freguesias de Cadafaz e Colmeal, Processo Nº 2025/300.10.005/1552.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a extensão a rede de iluminação pública.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

**3.17 – REALIZAÇÃO DE VISITAS TÉCNICAS/PROCESSO Nº 2026/500.10.302/7** – Foi presente a informação da DGUPA, datada de 06.03.26, relativa ao Processo Nº 2026/500.10.302/7.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e, ao abrigo do disposto nos artigos 89º, 90º, 90º A do RJUE, na sua atual redação, deliberou, por unanimidade, proceder à marcação de vistoria .-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

**3.18 – REALIZAÇÃO DE VISITAS TÉCNICAS/PROCESSO Nº 2026/500.10.302/8** – Foi presente a informação da DGUPA, datada de 06.03.26, relativa ao Processo Nº 2026/500.10.302/8.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e, ao abrigo do disposto nos artigos 89º, 90º, 90º A do RJUE, na sua atual redação, deliberou, por unanimidade, proceder à marcação de vistoria .-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

**3.19 – REALIZAÇÃO DE VISITAS TÉCNICAS/PROCESSO Nº 2026/500.10.302/9** – Foi presente a informação da DGUPA, datada de 02.02.26, relativa ao Processo Nº 2026/500.10.302/9.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e, ao abrigo do disposto nos artigos 89º, 90º, 90º A do RJUE, na sua atual redação, deliberou, por unanimidade, proceder à marcação de vistoria.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

**3.20 – INTERVENÇÕES PRIORITÁRIAS DE PROTEÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS DEVIDO AOS INCÊNDIOS FLORESTAIS OCORRIDOS DE 17 A 24 DE JUNHO DE 2017 NO CENTRO DE**

**PORTUGAL/AUTO DE VISTORIA** – Foi presente a informação da DGUPA, datada de 06.02.26, relativa ao Processo OCP – GOI-03/2018.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade:-----

-----a) Homologar o auto de vistoria para libertação de valores retidos/caução, relativos ao 5.º ano após receção provisória da empreitada, ao abrigo do artigo 295.º do CCP.-----

-----b) Aprovar a libertação dos valores retidos/caução.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

### **3.21 – ICNF/SOLICITAÇÃO DE PARECER/PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA AÇÕES DE (RE)**

**ARBORIZAÇÃO** – O senhor Presidente referiu que o Decreto-Lei n.º 96/2013, de 19 de julho estabelece o regime jurídico a que estão sujeitas, no território continental, as ações de arborização e re-arborização com recurso a espécies florestais. Neste sentido, referiu que o Instituto de Conservação da Natureza e Florestas, I.P., de acordo com o artigo 9º do diploma legal anteriormente referido, solicitou parecer da Câmara Municipal de Góis, nomeadamente o enquadramento nos planos municipais de ordenamento do território, nomeadamente no Plano Diretor Municipal e no Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Góis, para os pedidos de autorização prévia para as ações de (re)arborização, tendo para o efeito dado conhecimento dos processos em questão.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou, emitir parecer favorável aos seguintes pedidos de autorização prévia para as seguintes ações de (re)arborização:-----

-----a) PR.005402.2026;-----

-----b) PR.005403.2026.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

**3.22 – EMISSÃO DE CERTIDÕES/PROCESSO Nº 2026/450.30.003/34** – Foi presente a informação da DGUPA, datada de 18.03.26, relativa ao Processo Nº 2026/450.30.003/34.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, autorizar a constituição da referida compropriedade.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

**3.23 – EMISSÃO DE CERTIDÕES/PROCESSO Nº 2026/450.30.003/60** – Foi presente a informação da DGUPA, datada de 18.03.26, relativa ao Processo Nº 2026/450.30.003/60.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, autorizar a constituição da

referida compropriedade.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

**3.24 – LICENCIAMENTO OU AUTORIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE ALOJAMENTO E DE RESTAURAÇÃO/PROCESSO Nº 2025/450.10.064/13** – Foi presente a informação da DGUPA – Serviço Administrativo, datada de 17.03.26, relativa ao Processo Nº 2025/450.10.064/13.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade:-----

-----a) A homologação do auto de vistoria; -----

-----b) A aprovação, em minuta, da parte da ata referente à presente deliberação, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, devendo o comunicante ser notificado do auto de vistoria após a sua homologação; -----

-----c) A marcação de nova vistoria ao estabelecimento de Alojamento Local em causa, com vista à verificação da regularização dos requisitos em falta, identificados no respetivo auto de vistoria.-

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

**3.25 – RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA** – A Câmara tomou conhecimento do total de movimentos da tesouraria do dia vinte e três de março do ano em curso, no montante de quatro milhões, novecentos e trinta e três mil, oitocentos e três euros e cinquenta e cinco cêntimos.----

**4 – APROVAÇÕES EM MINUTA: ATA DA REUNIÃO ANTERIOR; ATRIBUIÇÃO DE ESTÍMULOS E INCENTIVOS DE APOIO PONTUAIS/PROCESSO Nº 2026/850.10.003/6; PROGRAMA CLDS 5G/ SUBSTITUIÇÃO TEMPORÁRIA DA COORDENADORA TÉCNICA DO CLDS 5G; ASSOCIAÇÃO JUST A CHANGE – PROTOCOLO CAMP IN GÓIS 2026; ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DE GÓIS/ANO DE 2027; REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA/PROCESSO Nº 2025/300.10.005/1248; REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA/PROCESSO Nº 2025/300.10.005/1259; REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA/PROCESSO Nº 2025/300.10.005/1289; REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA/PROCESSO Nº 2025/300.10.005/1425; REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA/PROCESSO Nº 2025/300.10.005/1552; REALIZAÇÃO DE VISITAS TÉCNICAS/PROCESSO Nº 2026/500.10.302/7; REALIZAÇÃO DE VISITAS TÉCNICAS/PROCESSO Nº 2026/500.10.302/8; REALIZAÇÃO DE VISITAS TÉCNICAS/PROCESSO Nº 2026/500.10.302/9; INTERVENÇÕES PRIORITÁRIAS DE PROTEÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS DEVIDO AOS INCÊNDIOS FLORESTAIS OCORRIDOS DE 17 A 24 DE JUNHO DE 2017 NO CENTRO DE PORTUGAL/AUTO DE VISTORIA; ICNF/SOLICITAÇÃO DE PARECER/PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA AÇÕES DE (RE) ARBORIZAÇÃO; EMISSÃO DE CERTIDÕES/PROCESSO Nº 2026/450.30.003/34; EMISSÃO DE**



**CERTIDÕES/PROCESSO Nº 2026/450.30.003/60; LICENCIAMENTO OU AUTORIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE ALOJAMENTO E DE RESTAURAÇÃO/PROCESSO Nº 2025/450.10.064/13.-----**

-----E, não havendo outros assuntos a tratar, o senhor Presidente declarou encerrada a reunião, pelas vinte horas e vinte minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, sob a responsabilidade da Secretária.-----

O Presidente da Câmara Municipal,

A Secretária,

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_